

→ Doze anos depois, maxacalis enfrentam os mesmos tipos de conflitos que provocaram a matança

Massacre de xacriabás deve servir de alerta

LUCIENE TAKAHASHI
→ REPÓRTER

Massacre anunciado. O presságio perse- que quem acompa- nhou de perto os fatos que culmi- naram com as mortes de três xacriabás, na madrugada do dia 12 de fevereiro de 1987. Doze anos depois, as semelhanças entre os antecedentes do extermínio de xacriabás e a situação enfrenta- da pelo povo maxacali são tradu- zidas como um alerta. O alento veio na decisão da juíza substitu-

ta da 16ª Vara, publicada sexta- feira, que deferiu o pedido de reintegração de posse da área ocupada por 14 fazendeiros dentro da reserva dos maxacalis, no Vale do Mucuri, feito pela Procuradoria da República em Minas. É um marco na busca de solução do conflito de décadas, mas cabe recurso ao Tribunal Regional Federal (TRF).

O procurador José Jáiro Gomes, um dos responsáveis pelo pedido deferido pela juíza, afirma ter receio de que a história se repita. Fala com propriedade.

Gomes atuou no julgamento de Venâncio Nunes de Macedo, condenado a 20 anos de prisão pela participação na chacina. "O que vi e conversei com as vítimas sobreviventes do massacre é muito semelhante ao que está acontecendo com os maxacalis", garante. Ele enumera as semelhanças: tensão, desagregação da tribo, debate entre os índios, a busca de solu-

ção junto às autoridades, a não resolução concreta do problema, a morosidade em resolver conflitos isolados entre índios e posseiros e a tendência de as desavenças se transformarem em um embate entre os dois blocos.

O precedente da ação armada de posseiros contra os xacriabás, no Norte de Minas, não pode ser ignorado. A motivação - disputa por terra - é a mesma, ressalta o superinten-

dente da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho. Ele recorda que, antes do massacre, ocorrido na madrugada de 12 de fevereiro de 1987, havia um histórico de vários episódios de violência: mortes dos dois lados, agressões e escaramuças. Tudo isso dentro da própria reserva xacriabá. Com a autoridade de quem presidiu o inquérito que apurou o massacre, o delegado não descarta desfecho parecido, caso a invasão das terras maxacali "não tenha uma solução em toda a sua plenitude". Ou seja, retirada definitiva

dos fazendeiros da área que divi- de o território maxacali.

Agílio Monteiro Filho avalia que as visitas regulares da Federal na área têm evitado desdobramentos mais graves do conflito, mas considera delicado o momento atual. Segundo ele, a fragilidade está exatamente na possibilidade de exaltação dos ânimos por parte dos posseiros que serão removidos da área. Sua experiência mostra que, enquanto alguns só esperam a decisão judicial para deixar a reserva, outros radicalizam.

→ Grileiro comandou chacina de xacriabás, em fevereiro de 1987, no Norte de Minas



Maxacali, o único grupo indígena em Minas Gerais que preserva a sua língua, desde a década de 20 luta pela posse do seu território nos municípios de Bertópolis e Santa Helena, no Vale do Mucuri

Maxacali resiste desde os anos 20

A ansiedade do povo maxacali em ver seu território reunificado vem de uma longa espera. É história que passa de pai para filho. Ela começa com a disputa de território com os botocudos/krenak no século XVI, passa pelas pressões de madeireiros já por volta de 1920 nos vales do Mucuri e Jequitinhonha e a transferência deles - feita pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) - para a Bahia. Quando voltam para Minas, em 1937, as terras estão invadidas. Resistem e conquistam a demarcação da aldeia de Água Boa (2.412,69 hectares), em 1941. Mais 14 anos de conflitos resultam na demarcação do Pradinho (1.028,39 hectares). As duas reservas ficam separadas pelos 1.852,55 hectares ocupados por fazendeiros, que, em 1972, são titulados pela Ruralminas. É briga que se desenrola até hoje.

Os dois lados relatam episódios de violência. Num quadro relativo ao período de 1955/95, da Polícia Militar, constam quatro assassinatos de maxacalis, espancamentos e escaramuças. As ações de jagunços armados contratados pelos fazendeiros são destacadas. A reação dos índios se dá, principalmente, através de saques e abates de gado dos fazendeiros. Das ocorrências registradas pela PM entre 1990 e 95, quase 85% são relativas a crimes contra o patrimônio.

Em laudo elaborado para o Ministério Público Federal, a antropóloga Ana Flávia Moreira Santos alerta para o quadro configurado a partir da homologação da terra em 1996 e da recusa dos fazendeiros em deixar a área. "Tal situação aponta para a agudização do clima de tensão prevalente entre os índios, abrindo a possibilidade de um confronto aberto com fazendeiros e/ou de novo recrudescimento dos conflitos localizados", adverte.



Sobreviventes: Anísia, viúva do cacique Rosalino (D), e dois dos seis filhos do casal xacriabá

CRONOGRAMA DO IMPASSE

- O levantamento fundiário que chegou aos 14 fazendeiros invasores foi feito em 1989
- Em dezembro de 1993, a Fundação Nacional do Índio (Funai) demarcou a área indígena maxacali pela terceira vez. A primeira foi em 1941 e a segunda em 1956
- Em 1996, foi feita a homologação das terras
- Em 1997, a Funai promoveu o registro das terras em cartório local e no Serviço do Patrimônio da União, de acordo com o que foi estabelecido através de decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso
- Em março de 1998, as benfeitorias dos invasores foram julgadas e consideradas de boa-fé
- Em abril de 1998, a Funai disponibilizou recursos da ordem de R\$ 480 mil para promover a indenização das famílias. Elas não aceitaram os valores definidos.
- Em abril de 1998, já esgotadas as negociações administrativas, a Funai e a Procuradoria Federal ojuizaram ação de reintegração de posse.
- Dois de fevereiro de 1999, terça-feira passada, a juíza substituída de 16ª Vara, Sílvia Elena Petry, deferiu o pedido de reconsideração de tutela antecipada para reunificação do território Maxacali. Os fazendeiros têm até 5 de março para saírem voluntariamente da área ocupada

Falta de solução motivou chacina

Cinco calhamaços compõem o processo do extermínio dos xacriabás Rosalino Gomes de Oliveira - cacique da Aldeia Sapé -, José Pereira de Santana e Manoel Fiúza, na madrugada de 12 de fevereiro de 1987, em São José das Missões, no Norte de Minas. A papelada resultou nas condenações do grileiro Francisco Assis Amaro (27 anos de prisão), Germano Gonçalves da Silva, Roberto Freire Alkimim, Sebastião Vidoca, Claudomiro Vidoca e Venâncio Nunes de Macedo (julgado no final de 1997). Quem participou desse segundo júri popular realizado pela Justiça Federal no Brasil, em setembro de 1988, acompanhou no fórum de Belo Horizonte o desfecho de uma briga iniciada em 1969.

Os 46.414 hectares da reserva xacriabá, demarcada em 1979, era alvo de conflitos constantes entre os 4,5 mil índios, 89 posseiros e grileiros. Antes da chacina, quatro xacriabás tinham sido mortos. Alguns, como Manoel Fiúza - morto no massacre -, já haviam escrito cartas à Funai denunciando ameaças feitas pelos criminosos. Ou seja, a violência era conhecida. A antropóloga Ana Flávia Moreira Santos, que se dedicou a estudar o povo xacriabá em sua tese de mestrado, lembra que em 1980 os índios tomaram a iniciativa de reocupar a área já demarcada e homologada devido à demora na efetivação da retirada dos posseiros. Um dos líderes do movimento era o cacique Rosalino.

O ano de 1986 foi de tensão. Em julho, o grileiro Amaro invadiu uma área já desocupada. Três meses depois, os índios decidiram expulsar os invasores, mas fizeram um acordo: os posseiros deixariam de vez a área em janeiro de 87. O grupo esperava ser assentado em uma fazenda em processo de desapropriação. Os trâmites judiciais não corresponderam. O confronto deixou de ser velado.

Grupo apostava na impunidade

Corpos seminus perfurados por vários tiros, estendidos sobre jiraus, dentro de um barraco de sapé. Uma mulher grávida ferida e crianças traumatizadas. Essa foi a cena deixada pelos 13 homens armados, que decidiram acertar com o líder xacriabá Rosalino Gomes de Oliveira, casado, seis filhos, a pendenga jurídica envolvendo a posse da reserva indígena. O cacique da Aldeia Sapé e o índio José Pereira de Santana não tiveram chance de defesa: estavam dormindo. O vizinho mais próximo, Manoel Fiúza, acordou com o barulho dos tiros e apareceu para ver o que estava acontecendo. Foi massacrado. As balas sobraram até para um dos invasores, Agenor Nunes de Macedo, morto acidentalmente pelos companheiros. A chacina ocorreu na madrugada de 12 de fevereiro de 1987.

O delegado da Polícia Federal Agílio Monteiro Filho, que presidiu o inquérito, descreve crueldades cometidas pelos criminosos em seu relatório. Uma delas foi obrigar sob a mira de revólver um dos filhos do cacique, um menino de 10 anos, a arrastar o corpo ensanguentado do pai do quarto até a porta do barraco. Motivo: queriam se certificar de que Rosalino, baleado à queima-roupa, estava realmente morto. A mulher do cacique, Anísia, grávida de dois meses, levou um tiro no braço ao tentar proteger a filha de 2 anos.

Cumprida a vingança - liderada pelo grileiro Francisco Amaro -, os bandoleiros foram embora certos da impunidade. Erraram. Classificados como genocídio, o massacre repercutiu internacionalmente. Uma semana depois, sete já estavam presos. Em 1988, foram condenados a penas que variaram de 2 anos e seis meses a 27 anos. Só após a chacina é que as pendências administrativas envolvendo a terra xacriabá foram solucionadas.